



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e exploração da força de trabalho

TRABALHADORES BOLSISTA E A EXPROPRIAÇÃO DE DIREITOS: O CASO DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

TÂNIA MARIA SANTANA DOS SANTOS¹

ANDREIA TRAMONTIN²

RESUMO

Este artigo investiga as expropriações da classe trabalhadora no mercado de trabalho contemporâneo, destacando as formas sutis e explícitas pelas quais os direitos dos trabalhadores são suprimidos e explorados. Utilizando uma abordagem interdisciplinar que incorpora contribuições de autores como Boschetti, Mota, e Souza, o estudo busca compreender como as recentes modificações nas leis trabalhistas e as políticas governamentais, juntamente com a crescente influência do capital financeiro, têm levado à precarização das condições de trabalho e à erosão dos direitos dos trabalhadores. Investigamos também exemplos concretos de como essas tendências se manifestam na educação superior, incluindo a flexibilização das normas para acúmulo de bolsas e a crescente precarização do trabalho dos tutores no ensino a distância, como a flexibilização das normas para acúmulo de bolsas e a precarização do trabalho dos tutores no ensino a distância. Por fim, discutimos a urgência de estratégias de organização e luta por parte dos trabalhadores diante dessas condições adversas.

PALAVRAS-CHAVE

Expropriação. Precarização do trabalho. Direitos trabalhistas. Educação superior.

ABSTRACTS

This article investigates the expropriation of the working class in the contemporary labor market, highlighting the subtle and explicit ways in which workers' rights are suppressed and exploited. Using an interdisciplinary

¹ Universidade Federal de Mato Grosso

² Universidade Federal de Mato Grosso



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

approach that incorporates contributions from authors such as Boschetti, Mota, and Souza, the study seeks to understand how recent changes in labor laws and government policies, along with the growing influence of financial capital, have led to the precarization of working conditions and the erosion of workers' rights. We also examine concrete examples of how these trends manifest in higher education, including the relaxation of regulations on scholarship accumulation and the increasing precarization of the work of distance learning tutors. Finally, we discuss the urgency of organizational and resistance strategies for workers in the face of these adverse conditions.

KEYWORDS

Expropriation. Precarization of labor. Labor rights. Higher education.

1. INTRODUÇÃO

Na complexa teia das relações de trabalho contemporâneas, a condição dos trabalhadores bolsistas emerge como um campo importante de análise, onde transformações estruturais e conjunturais delineiam novas realidades laborais. Este estudo se propõe a investigar essas transformações, com foco na precarização e flexibilização das condições de trabalho.

O estudo está relacionado a pesquisa que esta sendo desenvolvida no mestrado, baseia-se em uma análise crítica das mudanças nas relações de trabalho, utilizando como fundamento a literatura especializada e estudos empíricos que exploram a interação entre políticas estatais, capital financeiro e o mercado de trabalho. Reconhecendo que as relações de trabalho são dinâmicas e em constante evolução, este trabalho toma como referência autores como Boschetti, Mota, Souza, entre outros. A pesquisa será realizada por meio de análise documental e bibliográfica, explorando casos específicos e relatórios que exemplificam as mudanças nas condições de trabalho, especialmente no contexto da educação superior.

O texto está organizado em quatro partes principais. A primeira seção contextualiza as mudanças nas leis trabalhistas e nas políticas estatais que afetam o mercado de trabalho. A segunda examina a influência do capital financeiro na precarização e flexibilização das condições laborais. A terceira seção, traz casos específicos de expropriação de direitos no setor da educação superior, como a flexibilização das normas de acúmulo de bolsas e a precarização do trabalho de tutores no ensino a distância. Finalmente, a quarta seção oferece uma análise crítica



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

das implicações sociais e econômicas dessas dinâmicas, sugerindo caminhos para repensar as relações laborais contemporâneas.

Este trabalho é relevante por contribuir para um entendimento mais amplo das implicações sociais e econômicas que permeiam o mercado de trabalho contemporâneo, desafiando-nos a repensar os paradigmas vigentes nas relações laborais, frequentemente apresentados de maneira que deslegitimam a relação trabalhista.

2. Expropriações contemporâneas de direitos

Boschetti (2017) nos alerta para aquilo que Marx já disse, a expropriação de direitos da classe trabalhadora não está atrelada unicamente aos processos de supressão direta dos meios de produção dos camponeses e trabalhadores do campo. Elas se apropriam do chamado direito consuetudinário e avançam para as leis capitalistas que regulam o trabalho, como as da contrarreforma trabalhista ocorrida em 2022 que permitiram a flexibilização da jornada de trabalho, a negociação individual acima da coletiva, a terceirização, entre outras.

Mota (2017, p. 2) assevera que “[...]as mudanças na atuação do Estado – via (des)regulação do trabalho, supressão de direitos sociais e privatização/mercantilização de políticas e serviços públicos” é uma das formas pelas quais o capital se materializa. O poder do Estado está relacionado, aos interesses e processos societários desde seu surgimento, quando então conseguiu substituir o seu poder repressivo violento através das revoluções burguesas.

O Estado é a única instituição que tem a capacidade de fazer com que interesses sociais restritos possam aparecer como interesses de toda a sociedade. Esta tarefa não pode ser realizada por instituições tão importantes na organização societária moderna como as igrejas, os meios de comunicação, as corporações empresariais, os partidos políticos, os sindicatos ou outra qualquer, que não o Estado (Osório, 2014, p. 18).

As sucessivas derrotas³ que a classe trabalhadora vem acumulando têm uma clara participação do Estado. “As perdas no campo do trabalho e dos direitos sociais sofrem as injunções dos compromissos firmados pelos governos nacionais com o pagamento de juros e amortizações da dívida pública” (Boschetti, 2017, p. 2).

Sobre a dívida pública, Jessé Souza (2017) oferece uma perspectiva que explora a complexa teia que a envolve, começando pelo capital financeiro e seu impacto na atuação estatal. Ele aponta que, diferentemente do capital industrial, onde o Estado tinha maior capacidade de tributação, o capital financeiro tem maior mobilidade e poder de influência. “[...] em um átimo, um fundo de investimento pode retirar investimentos bilionários em um país e aplicá-los em outro. Transferir uma planta industrial é bem mais complicado” (Souza, 2017, p. 93).

Essa análise é complementada por Rezende (2017, p. 13), que explica como “a dívida pública é um passivo do Estado e um ativo do setor privado”. Souza (2017) também destaca que, ao invés de a dívida pública interna diminuir a riqueza nacional, ela acaba por beneficiar setores privados, consolidando a riqueza nas mãos daqueles que detêm ativos financeiros. “Os muito ricos passam a ser credores de toda a sociedade, e passam a exigir dela todo tipo de sacrifício, por meio de uma dívida pública criada precisamente pelo fato de que quem deveria pagar mais impostos simplesmente deixa de pagá-los” (Souza, 2017, p. 94).

Por outro lado, ao se analisar essa dinâmica, é crucial considerar diferentes perspectivas sobre o impacto da dívida pública e como ela influencia as políticas econômicas e sociais. Enquanto algumas abordagens sublinham a relação direta entre o pagamento da dívida e a restrição de direitos sociais, outros argumentam que o fenômeno é mais complexo e multifacetado, refletindo a interação entre interesses econômicos e a governança estatal.

O Brasil, governado pelos lacaios do sistema financeiro, precarizou sua saúde, sua educação, sua capacidade de produção de tecnologia e de pesquisa, em suma, está comprometendo seu futuro e seu presente para engordar uma ínfima elite do dinheiro. “Esse processo realiza-se às custas de um Estado cada vez menor para os trabalhadores, expresso na

³ As derrotas referidas incluem a perda de direitos trabalhistas consagrados, como a flexibilização das leis trabalhistas, a reforma da Previdência, o aumento da terceirização, a redução das garantias de estabilidade no emprego e a diminuição dos benefícios sociais. De acordo com Brésser-Pereira (1997), a terceirização é uma das principais ferramentas de precarização do trabalho, utilizada para reduzir custos empresariais, frequentemente à custa de salários mais baixos, menor proteção social e aumento da rotatividade de trabalhadores. Esse processo reflete uma estratégia estatal e empresarial para maximizar a eficiência econômica, muitas vezes em detrimento dos direitos trabalhistas. Esses eventos refletem um processo de precarização do trabalho, exacerbado por políticas econômicas que priorizam o pagamento da dívida pública em detrimento dos investimentos em políticas sociais e proteção ao trabalhador.

desproteção do trabalho, nos ataques ao direito de aposentadoria [...] e nas transformações operadas no âmbito do funcionalismo público” (Pereira, 2019, p. 170).

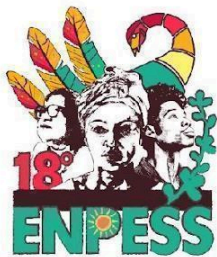
A ideia de um estado inchado que foi amplamente difundida nos anos de 1990, presente nos Cadernos MARE⁴ (Brasil, 1997) abriu espaço para privatizações, flexibilização das leis trabalhistas, reformas fiscais e de austeridade, assim como reformas referentes à previdência social.

Nesse contexto, Oliveira (2019, p. 177) diz que “a queda constante de realização de concursos públicos é acompanhada de um aparato legislativo ultra neoliberal que permite o aumento da terceirização no âmbito do Estado”. Esse fenômeno deve ser compreendido à luz das reformas econômicas e políticas iniciadas nos anos 1990, que buscavam reduzir o papel do Estado na economia e promover a eficiência dos serviços públicos através de medidas que incluíam a privatização e terceirização de atividades anteriormente sob responsabilidade direta do governo. Essas mudanças estavam alinhadas com uma agenda global neoliberal, incentivada por organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial, que defendiam a diminuição do tamanho do Estado e a transferência de certas funções para o setor privado (Bresser-Pereira, 1997). Ainda nesse sentido “[...] as contrarreformas que ampliam a possibilidade de terceirização no governo se constituem como uma contrarreforma trabalhista na órbita do Estado, que aumenta progressivamente a prestação dos serviços sociais a ser operada pela esfera privada” (Oliveira, 2019, p.182).

Os processos de privatização, mercantilização e as supressões de direitos sociais e trabalhistas são expressões dessas expropriações contemporâneas, revelando-se como o principal meio de atualização da reprodução capitalista. Essas expropriações, em geral, além de ser objeto de violências as mais diversas, são também “a matéria-prima” de manipulações ideológicas, assumindo características de práticas modernas com o objetivo de naturalizar os meios de precarização do trabalho e da vida dos trabalhadores, de que é exemplo o trabalho por conta própria. (Mota, 2017, p.4)

Essas análises convergem para a compreensão de como as políticas neoliberais e as contrarreformas do Estado têm reconfigurado o cenário trabalhista. Oliveira (2019) aponta para a

⁴ Cadernos MARE foram uma série de publicações produzidas pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso entre os anos 1995 e 2002, com o intuito de disseminar ideias e propostas neoliberais relativas ao que chamavam de reforma do Estado, por nós lidas como contrarreformas a fim de enxugar o Estado.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

terceirização como um mecanismo central nessa reestruturação, onde a redução de concursos públicos e a ampliação do aparato legislativo facilitam a entrada de empresas privadas no espaço tradicionalmente ocupado pelo Estado. Esse movimento, longe de gerar novos empregos produtivos, intensifica a precarização e a desproteção dos trabalhadores, refletindo um uso do fundo público que atende prioritariamente aos interesses do capital. Mota (2017), por sua vez, amplia essa discussão ao destacar que esses processos de privatização e mercantilização não apenas resultam na supressão de direitos, mas também se utilizam de discursos ideológicos para naturalizar tais precarizações, moldando a percepção pública para aceitar essas novas formas de exploração como parte inevitável da realidade econômica contemporânea. É possível apontar que estamos diante de diferentes facetas de um mesmo fenômeno: a adaptação do capital às novas condições econômicas globais, que impõe sobre os trabalhadores um peso cada vez maior, tanto em termos de condições de trabalho quanto de segurança social.

3. A tutoria externa como modelo de trabalho precário

O exercício da docência na modalidade “eadeizada” está intrinsecamente relacionado com as tendências contemporâneas, como o avanço tecnológico, a globalização e a democratização do acesso à educação. O uso crescente de plataformas digitais, a flexibilidade que a EAD proporciona e a possibilidade de alcançar um público global são reflexos diretos das mudanças nas demandas educacionais e no modo de vida atual. Entretanto essa realidade de ensino está envolta em problemáticas decorrentes da reestruturação produtiva. Nesse contexto, os docentes que atuam em cursos a distância frequentemente enfrentam as adversidades impostas pelo modo de produção capitalista, que prioriza a maximização dos resultados sem as devidas preocupações com as condições de trabalho.

A título de exemplo, “ docentes são contratados temporariamente ou em regime parcial, isso quando são, efetivamente, contratados, pois são comuns os profissionais que recebem outros tipos de auxílio que não um salário” (Veloso; Mill, 2018, p. 116). Aquilo que foi posto por Harvey (2008) e reiterado por Tonelo (2020) sobre a precarização do vínculo de trabalho para facilitar os trâmites demissionários é muito evidente nesse tipo de situação.

Outra forma de exploração docente que acontece no ensino superior é a substituição de professores por tutores. Esse profissional precisa ter formação acadêmica de nível superior na área onde atua, é comum também que seja requisitado uma pós-graduação *latu senso*. Seu



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

trabalho é o de transmitir ou apresentar o conteúdo fornecido pelos conteudistas e professores da disciplina. Esse profissional costumeiramente fica responsável por mediar todas as disciplinas que a turma tem ao longo do semestre ou de todo o período que durar o curso.

A figura do tutor está presente nas instituições de ensino superior privadas e nas públicas, especialmente na Universidade Aberta do Brasil (UAB), Brasil (2022) aponta que o programa da UAB tem como objetivo ampliar e interiorizar a oferta de cursos de educação superior por meio da educação a distância. Seu foco principal é proporcionar formação inicial para professores da educação básica pública sem graduação, bem como oferecer formação continuada para os já graduados. Além disso, busca capacitar dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica. A iniciativa visa reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um sistema nacional abrangente de EaD. O programa conta com polos de apoio que oferecem atividades pedagógicas presenciais, onde os alunos interagem com tutores e professores e têm acesso a bibliotecas e laboratórios.

Segundo Brasil (2023) A Universidade Aberta do Brasil (UAB) tem como proposta formar professores e profissionais de educação em áreas diversas, abordando temas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, direitos humanos, relações étnico-raciais, de gênero, orientação sexual e assuntos atuais para aplicação nas práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

Os tutores da UAB, não possuem vínculo empregatício com a universidade na qual lecionam, como está disposto no edital da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC): “a(s) bolsa(s) paga(s) ao tutor a distância não constituem vínculo trabalhista ou de regime jurídico dos serviços públicos, portanto, não se aplicam benefícios como: férias, gratificação, dispensa por motivo de doença, caso fortuito e força maior, entre outros”(UDESC,2023,p. 1).

Para além disso, como consta no mesmo edital da UDESC (2023) a forma de pagamento desse profissional é feita através de bolsa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no valor de R\$765,00 mensal por 20h semanais de trabalho.

Com uma remuneração tão precária os trabalhadores e trabalhadoras precisam encontrar outras fontes de renda, submergindo assim ainda mais profundamente no mercado informal. “Há um engodo em perdurar no discurso do mercado, que argumenta que a tutoria é um trabalho com flexibilidade espaço-temporal, que pode ser executado concomitantemente a outras atividades profissionais e que não demanda tanto esforço do trabalhador” (Mill et al., 2008, p. 67).

Como é sabido “o Sistema UAB foi estruturado sob controvérsias, em especial no que



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

concerne à concessão de bolsas a tutores e professores, imprimindo instabilidade ao exercício da docência virtual que se desvela pela fragilização dos vínculos entre universidades e docentes” (Veloso; Mill, 2018, p. 117).

Nas instituições de ensino superior privadas, a figura do tutor possui variações na nomenclatura, podendo ser tutor externo, tutor remoto ou tutor eletrônico. Embora sejam contratados como celetistas, eles recebem por hora, categoria reconhecida no direito brasileiro como horista. O contrato de trabalho horista é aquele em que o empregado é remunerado de acordo com as horas efetivamente trabalhadas. É comum para empregos com jornada de trabalho variável, nos quais o empregado não tem uma carga horária fixa.

No cenário legal, o artigo 444 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) enfatiza a possibilidade de livre estipulação das relações contratuais de trabalho, desde que estejam em conformidade com as disposições de proteção ao trabalho e contratos coletivos aplicáveis. Além disso, o artigo 142, § 1º da CLT determina que, no caso de salários pagos por hora com jornadas variáveis, as férias devem ser calculadas com base na média do período aquisitivo.

Diante desse contexto, sugere-se que o trabalho precário dos tutores horistas nas Instituições de Ensino Superior privadas na modalidade EaD é uma realidade complexa e multifacetada. Eles enfrentam desafios relacionados à falta de estabilidade contratual, remuneração variável e, em alguns casos, ausência de benefícios trabalhistas. Essas condições podem impactar diretamente sua qualidade de vida e bem-estar, bem como influenciar indiretamente a qualidade do ensino oferecido aos alunos nessa modalidade educacional em crescimento.

Ao falar sobre cenário “eadeizado” da educação superior brasileira é preciso pôr os olhos sobre os grandes conglomerados que dominam o mercado. Um exemplo é a Cogna Educação, uma *holding*, organização que exerce sua atividade por meio de outras empresas. As empresas que a compõem, como Anhanguera, Unic e Unime são as responsáveis por suas atividades operacionais.

A Cogna anuncia em seus próprios documentos direcionados a acionistas que o custo por aluno reduz 17% ao ano na medida em que a participação do alunado EAD cresce. “Cursos EAD têm altas margens e alavancagem operacional” (Cogna, 2022, p. 11). Essa vantagem financeira preconizada pela Cogna se deve a muitos fatores, um deles é a precarização dos contratos de trabalhos dos tutores(as) e docentes que são responsáveis por centenas de alunos, já que o modelo de ensino “eadeizado” facilita a condensação de muitos alunos em uma única

turma. Ou ainda, em turmas mistas, onde alunos de vários semestres e cursos distintos são colocados na mesma turma, de responsabilidade apenas de um(a) tutor(a).

As ações dessas empresas não estão necessariamente voltadas para o direito social à educação; em vez disso, estão focadas na acumulação de capital fictício, e, para além da precarização do ensino, resultam, na precarização dos trabalhadores.

Bem apontado por Mill *et al.* (2008, p. 70) “de forma direta ou indireta, praticamente todos os problemas que acometem a saúde do trabalhador da EaD e que podem ser considerados novos em relação ao trabalho docente presencial são consequência dos novos espaços e tempos de trabalho”.

A interação entre as leis trabalhistas e os interesses do capital muitas vezes se manifesta de maneira sutil, por meio de ajustes nas regulamentações ou na interpretação das normas. A flexibilização das condições de trabalho e a criação de arranjos contratuais mais voláteis têm a finalidade de aumentar a competitividade econômica e reduzir custos para as empresas. Esses ajustes permitem que as empresas se adaptem rapidamente às mudanças no mercado e otimizem a gestão dos recursos humanos, promovendo a eficiência administrativa. No entanto, essa dinâmica pode resultar em um ambiente no qual os trabalhadores enfrentam maior insegurança financeira, desafiando a estabilidade e os direitos historicamente conquistados.

Outra questão que Mill *et al.* (2008, p. 71) aponta é que “o teletrabalho tende a ser realizado à noite ou em horários de tempo livre para o descanso, pois é visto como “bico” ou fonte complementar da renda do grupo familiar”. Isso ocorre justamente pela precariedade dos contratos trabalhistas, quando existem, e da remuneração insuficiente para o sustento familiar.

A mundialização do capital também desempenha um papel importante nessa dinâmica. À medida que as empresas buscam expansão para mercados estrangeiros, podem aproveitar diferenças nas regulamentações trabalhistas e custos para obter vantagens competitivas. Isso pode levar a situações em que os trabalhadores são submetidos a padrões de trabalho mais baixos, enquanto as empresas buscam otimizar seus ganhos. No Brasil, de acordo com o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. (2020), as duas empresas mais expressivas no setor de serviços voltadas para a educação são o grupo Cogna Educação – antiga Kroton – e a Yduqs, ambas com capital aberto na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa).

E como já disse Mészáros (2012, p. 17) “uma sociedade que impede a emancipação só pode transformar os espaços educacionais em *shopping centers*, funcionais à sua lógica do

consumo e do lucro”, que é justo o caminho que tem sido percorrido pelo setor de serviços da educação.

Tecnologias como plataformas de trabalho remoto, sistemas de gestão online e ferramentas de comunicação instantânea, que têm redefinido a forma como as atividades laborais são realizadas e monitoradas, por sua vez, trouxeram transformações profundas ao mercado de trabalho. A ascensão da economia digital e das plataformas de trabalho colaborativo apresentou novos desafios para a proteção dos direitos dos trabalhadores. Nogueira *et al.* (2020, p.38) quando fala sobre a evasão na UAB conta que “as principais ações e/ou medidas que estão sendo adotadas para diminuir os índices de evasão escolar pelas IES dizem respeito principalmente às questões relacionadas com tutores, ao acompanhamento de alunos por eles, as tentativas de contatos telefônicos etc”. Ou seja, mais uma tarefa despejada sobre os tutores que já pouco recebem.

Na UAB é exigido do tutor regularidade e rapidez no atendimento aos estudantes como pode ser visto no edital da UDESC (2023, p. 2) “manter regularidade de acesso ao AVA e dar retorno às solicitações do cursista no prazo máximo de 24 horas”. O edital da Unemat (2023, p.3) é mais brando e exige “manter regularidade de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e dar retorno às solicitações dos alunos no prazo máximo de 48 horas”.

Isso quer dizer que o trabalhador docente a distância, tendo suas atividades intensamente mediadas por tecnologias digitais, poderá estabelecer relações diferenciadas com o tempo e com o espaço em relação ao trabalhador docente presencial, implicando necessariamente um outro patamar de exploração da mais-valia pelo capital no âmbito educacional (Mill *et al.*, 2008, p.65).

A erosão gradual das proteções trabalhistas também pode ser observada por meio de estratégias como a terceirização e a contratação de mão de obra temporária. Embora essas práticas ofereçam flexibilidade para as empresas, frequentemente resultam em condições de trabalho precárias para os empregados envolvidos, com salários mais baixos e menos garantias de emprego.

A maioria dos aspectos desagradáveis do trabalho na EaD concentra-se na sobrecarga de trabalho, seja na perspectiva de excesso de atividades, quantidade de tempo pago para realizar tais atividades, elevado número de alunos ou tamanho das turmas, baixo valor hora-aula ou outros desdobramentos da sobrecarga de trabalho. (Mill *et al.*, 2008, p.69).

Observa-se que o novo proletariado do setor de serviços está enfrentando impactos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

significativos decorrentes das reorganizações do capital avançado⁵. Isso se traduz em uma degradação tanto na remuneração quanto na qualidade de vida desses trabalhadores, devido a condições laborais mais precárias. Para além disso, Luz (2008) argumenta que sendo tratado como mercadoria os trabalhadores e trabalhadoras possuem um preço, e este preço é sempre diminuído conforme os padrões do labor destituam a humanidade destes. Dessa forma, à medida que aumenta a sua desumanização, o trabalhador aproxima-se, cada vez mais, da condição de peça, e quanto mais próximo da condição de peça, mais mercadorias cria e mais barato fica o trabalhador-mercadoria.

Impõe-se a necessidade de adoção de estratégias de organização e luta que considerem a nova morfologia assumida pelo trabalho no capitalismo contemporâneo. É urgente que as entidades representativas dos trabalhadores rompam com a enorme barreira social que separa os trabalhadores “estáveis”, em franco processo de redução, daqueles submetidos às jornadas de tempo parcial, precarizados, subproletarizados, em significativa expansão no atual cenário mundial (Antunes, 2018, p. 169).

Essa situação entra em conflito com o conceito do mínimo a ser garantido no ambiente de trabalho, que pode ser alcançado por meio da regulação governamental, do respeito aos direitos humanos ou de ambas as abordagens. Esse princípio é tangibilizado pela noção de “trabalho decente,” que enfatiza a importância de uma remuneração justa, condições de trabalho adequadas, o direito ao trabalho e a liberdade sindical.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz das reflexões apresentadas neste estudo percebemos que o Estado tem servido predominantemente aos interesses da burguesia, orientando-se especialmente pela propriedade privada e movido pelo capital financeiro promovendo a acumulação de capital, contribuindo com a precariedade do trabalho, aqui exemplificado pela situação dos tutores da Universidade Aberta do

⁵ Por capital avançado entende-se ser o estágio mais desenvolvido e complexo do capital dentro do sistema econômico, caracterizado pela integração de tecnologias avançadas e sistemas de gestão modernos que buscam maximizar a eficiência e a lucratividade. Está atrelado às práticas de produção e organização do trabalho que visam redução de custos e aumento da competitividade. No setor de serviços, o capital avançado geralmente leva à implementação de métodos mais rigorosos de controle e monitoramento, levando, por vezes, a condições de trabalho mais precárias para os trabalhadores, uma vez que a busca por maior eficiência pode diminuir a qualidade de vida e a remuneração desses profissionais.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Brasil. A erosão gradual das proteções trabalhistas tolhe a classe trabalhadora, que está cada vez mais explorada, de alcançar o gozo do princípio da dignidade humana, dos valores sociais do trabalho e da própria cidadania, que são fundamentos da Constituição de 1988.

Essa proposta de estudo revela as camadas complexas que definem a experiência dos trabalhadores bolsistas no cenário laboral contemporâneo. As análises refletem a dinâmica e a constante transformação das relações de trabalho, que são influenciadas por mudanças estruturais e conjunturais nas estruturas sociais e econômicas. A proposta, fundamentada nas contribuições de teóricos como Boschetti, Mota e Souza, permite examinar as múltiplas facetas da expropriação de direitos dos trabalhadores. Boschetti (2017) e Mota (2017) oferecem uma análise crítica das transformações nas relações de trabalho e a forma como a precarização dos direitos é promovida por mudanças legislativas e políticas neoliberais. Boschetti (2017) destaca o papel do Estado na facilitação de tais transformações, enquanto Mota (2017) aborda a maneira como a mercantilização e a privatização dos serviços públicos intensificam a precarização dos direitos trabalhistas.

Por outro lado, Souza (2017) oferece uma perspectiva distinta, fornecendo um contraponto interessante ao estudo. Souza explora como a dívida pública e as políticas econômicas associadas afetam a redistribuição de recursos e as condições de trabalho, argumentando que as dinâmicas do capital financeiro e suas exigências sobre o Estado têm consequências profundas para a proteção dos direitos sociais e trabalhistas. A partir dessa perspectiva, Souza (2017) oferece uma crítica que amplia a compreensão das forças econômicas em jogo e como elas se relacionam com as políticas de precarização, fornecendo uma visão mais abrangente e contrastante com a abordagem dos outros autores.

Os casos específicos no contexto da educação superior, como a flexibilização das normas para acúmulo de bolsas e a precarização do trabalho dos tutores no ensino a distância, ilustram a expropriação de direitos e a necessidade de repensar os paradigmas das relações laborais. Essas situações exemplificam a roupagem contemporânea que busca deslegitimar a relação trabalhista, mascarando a exploração sob a pretensão de modernização e eficiência.

Este estudo contribui para um entendimento mais amplo das implicações sociais e econômicas que permeiam o mercado de trabalho atual, desafiando-nos a redefinir os paradigmas vigentes. A luta por condições laborais justas e a resistência à precarização do trabalho emergem como imperativos éticos e políticos, exigindo da classe trabalhadora que se enxergue como tal e unida possa pensar em ações coletivas organizadas e comprometidas com a mudança é que será



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

possível aspirar a um futuro em que as relações de trabalho sejam mais fonte de realização humana e menos de exploração.

5. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A reforma do Estado e a crise da administração pública**: Caderno de Estudos n.º 1. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1997.

BOSCHETTI, Ivanete Salete. Supressão de direitos no capitalismo: uma forma contemporânea de expropriação? **Anais do Colóquio Marx e o Marxismo 2017**: de O capital à Revolução de Outubro (1867-1917), Mesa Coordenada 44. Expropriação e supressão de direitos no capitalismo contemporâneo: um debate necessário Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx), Niterói, agosto de 2017. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/MM/MM2017/AnaisMM2017/MC44/mc441.pdf>.

Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. **A Educação brasileira na bolsa de valores**: As oito empresas privadas de capital aberto que atuam no setor educacional. São Paulo: Cenpec, 2020.

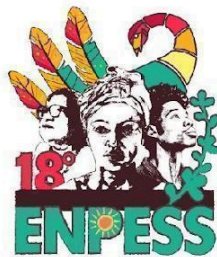
COGNA. **Cogna day**. Cogna Educação S. A. 2022. Disponível em: <https://ri.cogna.com.br/a-kroton/apresentacoes-institucionais/>. Acesso em: 01 out. 2023

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. 17ª edição. São Paulo: Loyola, 1992.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares. 2ª edição. São Paulo: Boitempo, 2012.

MILL, Daniel Ribeiro; SANTIAGO, Carla Ferreti; VIANA, Inajara de Salles. Trabalho docente na educação a distância: condições de trabalho e implicações trabalhistas. **Revista Extra-classe**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 56-73, fev. 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/72847858/Trabalho_docente_na_educa%C3%A7%C3%A3o_a_dist%C3%A2ncia_condi%C3%A7%C3%B5es_de_trabalho_e_implica%C3%A7%C3%B5es_trabalhistas?uc-sb-sw=11814276. Acesso em: 14 ago. 2024.

MOTA, Ana Elizabete. “Expropriações contemporâneas: hipóteses e reflexões”. **Anais do Colóquio Marx e o Marxismo 2017**: de O capital à Revolução de Outubro (1867-1917), Mesa Coordenada 44. Expropriação e supressão de direitos no capitalismo contemporâneo: um debate necessário, Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx), Niterói, agosto de 2017. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/MM/MM2017/AnaisMM2017/MC44/mc444.pdf>.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

NOGUEIRA, Danielle Xabregas Pamplona; FERREIRA, Marcello; LIRA, Luiz Alberto Rocha de. A Evasão no Sistema Universidade Aberta do Brasil: Uma Análise das Justificativas das Instituições Integrantes. **Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v.10, n.29, p.32-44, abr./jun. 2020.

OSÓRIO, Jaime. **O ESTADO NO CENTRO DA MUNDIALIZAÇÃO**: A sociedade civil e o tema do poder. Tradução: Fernando Correa Prado. 1ª edição. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PEREIRA, Gênesis de Oliveira. **Fundo Público e crise do Capital**: expropriação e flexibilização dos direitos dos servidores públicos. 2019. 225 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

REZENDE, André Lara. **Juros, moeda e ortodoxia**: Teorias monetárias e controvérsias políticas. 1a ed. São Paulo : Portfolio-Penguin, 2017.

SOUZA, Jessé José Freire. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TONELO, Iuri. Um nova Reestruturação Produtiva pós-crise de 2008? In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 139-148.

Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT). Edital n. 004/2023: PROEG/DEAD seleção de tutores presenciais cursos de graduação a distância. Mato Grosso: UNEMAT, 2023. 25 páginas.

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Edital n. 0001/2023: Tutor a distância para o curso de pedagogia a distância (bolsista capes - TUTOR). Santa Catarina: UDESC, 2023. 9 páginas.

VELOSO, Braian Garrito; MILL, Daniel. Docência na Educação a Distância: precarização do trabalho e elementos para pensar a valorização da docência virtual. In: **Educ. Foco**. V. 23, n. 1, p. 120-132. Juiz de Fora: UFSCar, Jan/abr. 2018.